



# FENTECT

Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas  
de Correios e Telégrafos e Similares

**CUT** BRASIL

ESPECIAL  
POSTALIS

BOLETIM INFORMATIVO DA FENTECT | Brasília-DF, 6 de novembro de 2007

# SEM DISCUSSÃO NÃO HÁ NOVO FUNDO DE PENSÃO

**N**os trabalhadores dos Correios, mais uma vez, nos encontramos diante de uma urgência de luta. Desta vez, para que a empresa não nos faça engolir garganta abaixo as mudanças em nosso fundo de pensão Postalís. Para isso, os primeiros passos a serem dados são entender os propósitos dos Correios, o prejuízo para os trabalhadores e democratizar essas informações.

A precariedade do sistema previdenciário brasileiro, que anda de muleta não é de hoje, deu margem para que se criasse saída mais razoáveis de aposentaria como os fundos de pensão. No entanto, no caso dos trabalhadores dos Correios, a empresa avança na discussão interna, desconsiderando o dano que isso pode causar e mais, evitando a reflexão com a base, o que mostra claramente o desrespeito ao trabalhador e à uma luta construída em mais de 20 anos.

Diante da bola de neve em que se transformou o déficit atuarial do Postalís, gerando a necessidade de grandes reajustes nas contribuições tanto da empresa quanto do trabalhador, os Correios decidiram finalizar o plano por meio do saldamento compulsório. A proposta seria liquidar o déficit atuarial já existente, com o qual a em-



presa arcaria integralmente e todos os trabalhadores ficariam com a opção do novo plano, o Postalprev. Hoje, o valor para o saldamento é de cerca de R\$ 600 milhões.

No entanto, até agora sequer hou-

ve a discussão sobre a base técnica para o saldamento. Também não se avaliou em que o Postalprev melhora o plano de benefício. Pesa sobre isso ainda a urgência com que a empresa quer fazer isso. Há previsão de que o Plano de Benefício Definido (BD) do Postalís seria saldado e finalizado até o final do ano.

A FENTECT é contrária ao saldamento compulsório, ou seja, obrigando os trabalhadores a fazê-lo, sem diálogo entre empresa e base. Para minimizar essa postura arbitrária dos Correios e fazer valer o direito de voz dos trabalhadores, a Fentect deliberou em seu segundo Conselho de Sindicatos a formação de uma comissão para negociar uma proposta alternativa de fundo de pensão, bem como realizar entendimentos com o Postalís e ECT. Fazem parte dela, Francisco José Nunes, Reginaldo Chaves,

Manoel Cantoara, João Maurício, Rogério Ubine, Geraldo Rodrigues, Sandra Martins, José Rivaldo da Silva, Edevaldo Costa Oliveira e Mário C. Barbosa. Além disso, até a realização do próximo Consin será formatada a proposta a ser levada à empresa.

# Um histórico de intransigência e autoritarismo

Os fundos de pensão foram criados na década de 70, com o objetivo de garantir um salário compatível com os salários da ativa no momento da aposentadoria do trabalhador. Os fundos nasceram principalmente para garantir os altos salários, que ficavam fora do teto do INSS.

No início, todas as pessoas foram obrigadas a aderir ao Postalís - Plano de Benefício Definido-, demarcando a política do momento, por meio da qual os militares mandavam sem sequer se preocupar com o quê os trabalhadores pensavam. E mais, naquela época não havia sindicatos, também resultado da proibição do governo, o que deixava a categoria fragilizada e sem representação.

Durante todo esse tempo, a empresa geriu nosso fundo com mão de ferro, usado-o para os interesses dos diversos governos. Não foram poucos os momentos de graves denúncias de uso do patrimônio dos fundos em interesses escusos, dilapidando o fundo construído durante décadas.

Durante os anos 80 e 90, jamais os participantes tiveram acesso à gestão do fundo. Ele sempre foi administrado conforme o interesse da direção dos Correios, leia-se Governo. Em 2001, com a aprovação das leis 108 e 109, que regulam a gestão dos fundos, estes passaram por verdadeiras mudanças, dentre elas a definição da paridade contributiva. Ou seja, para cada parte colocada pelo trabalhador no fundo, os Correios poderia colocar uma parte igual.

Antes destas leis, a empresa era obrigada a cobrir as deficiências financeiras do fundo. Com a obrigação de contribuição paritária nasceu também a gestão compartilhada do fundo, porém somente no ano de 2004, foram eleitos os primeiros conselheiros pelos trabalhadores no Postalís.

Vale lembrar que em outras estatais já na década de 90 existiam conselheiros eleitos pelos trabalhadores. Quem ainda indica todos os diretores é a direção dos Correios, leia-se "Governo". Agora a empresa apresenta aos trabalhadores uma conta alegando necessidade de reajuste de plano em aproximadamente 100%, ou seja, da ordem de mais de R\$1,4 bilhões. Alternativamente, ela apresenta uma proposta de finalização do atual plano, com o saldamento compulsório de todos os trabalhadores, ou melhor, obrigatório.

Até agora, não se ouviu a opinião dos trabalhadores. Temos nossa contribuição a fazer. Temos nossa valorosa opinião a dar e por isso estamos lutando para sermos ouvidos. Não aceitaremos nada só porque é obrigatório. A direção da empresa, o Postalís e o Governo não podem terminar o plano atual da forma que ele nasceu, obrigando os trabalhadores a aceitarem suas imposições. A ditadura acabou, porém seus reflexos continuam na mente de nossos dirigentes.

A Fentect defende o direito de escolha, a liberdade de informação e o respeito ao direito adquirido. Por isto cobramos imediata negociação com as entidades de classe, para o bem de todos pelo exercício da democracia.

## SALDAMENTO DO PLANO

O saldamento do plano garantindo direitos passados e futuros foi a forma que se encontrou para reparar os danos sofridos pelos vários fundos de pensão sem que o trabalhador perca seus benefícios. Várias empresas aplicaram o saldamento, porém no setor estatal, que apresenta uma realidade diferenciada do setor privado, a opção foi debatida e discutida com as entidades de classe dos trabalhadores.

O saldamento foi colocado de forma opcional para os trabalhadores do setor estatal. Assim, aqueles que entenderam que este saldamento era bom, optou por fazê-lo. Mas quem optou pelo plano em vigor pode continuar com este, sem nenhum prejuízo.

Infelizmente, os Correios querem fazer diferente, obrigando todos a aceitarem suas propostas. Tanto a FENTECT quanto a Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão (ANAPAR), entidade que congrega participantes de vários fundos de pensão como PREVI, PETROS e FUNCEF, são contra o saldamento obrigatório e defendem a negociação com os trabalhadores e o respeito aos contratos. A FENTECT e a ANAPAR ingressarão com ações contra o saldamento obrigatório caso o Postalís insista na decisão de saldamento obrigatório.

## AGENDA DE LUTA

No último Consin realizado em agosto foi deliberado a realização de um curso sobre previdência complementar, com ênfase no cálculo atuarial para um representante de cada sindicato e a diretoria colegiada da federação. A primeira edição do curso já aconteceu para os representantes da direção. Agora será a vez dos sindicatos. O curso

acontecerá de 12 a 14 de novembro e servirá para esclarecer as dúvidas para os sindicatos, que serão multiplicadores das informações.

Outra agenda importante de luta será o Consin nos dias 16 e 17 também em Brasília. Neste segundo encontro será discutida e deliberada a proposta alternativa para nosso fundo de pensão.

A Fentect não defende indiscriminadamente nem o atual plano de benefício, nem o novo plano Postalprev. Acredita que os dois planos têm deficiências e lacunas a serem preenchidas. A reunião da categoria durante o Consin servirá para construir coletivamente um plano que corrija os planos do Postalís e atenda aos trabalhadores em geral.